

# “Psicologizando a sociedade”: as ciências psi e a perspectiva moderna do eu

*“Psychologizing Society”: the psi sciences and the modern perspective of self*

*“Sociedad psicologizante”: las ciencias psi y la perspectiva moderna del yo*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i1.38475>

 **Rhuann Fernandes**

Doutorando e Mestre (2022) em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (PPCIS-UERJ). E-mail: [rhuannfernandes.uerj@gmail.com](mailto:rhuannfernandes.uerj@gmail.com)

## RESUMO

O propósito deste artigo é discorrer sobre o fenômeno da “psicologização da sociedade” e demonstrar como a democratização da linguagem das ciências psi contribuiu para perspectiva moderna do eu. Dessa forma, defendo, diante de uma pesquisa bibliográfica, que essa visão legítima — no senso comum ocidental — uma figura de um sujeito interiorizado, solitário e irreduzível, um “eu” pensante, no qual a saúde e o seu adoecimento pertencem e se encerram especialmente nele próprio. Além disso, discuto como a literatura de autoajuda, as terapias comportamentais, a psiquiatria e a neurociência hegemônicas buscam e oferecem o controle e a gestão de si, conectando-se à gestão neoliberal do sofrimento psíquico no contexto do capitalismo financeiro.

**Palavras-chave:** ciências psi; indivíduo; psicologização.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the phenomenon of the “psychologization of society” and demonstrate how the democratization of the language of psi sciences contributed to the modern perspective of the self. Thus, I argue that this view legitimizes a figure of an interiorized, solitary and

irreducible subject, a thinking “I”, in which health and illness belong and are confined especially within oneself. In addition, I discuss how hegemonic self-help literature, behavioral therapies, psychiatry and neuroscience seek and offer self-control and management, connecting to the neoliberal management of psychic suffering in the context of financial capitalism.

**Keywords:** science psi; individual; psychologization.

## RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir el fenómeno de la “psicologización de la sociedad” y demostrar cómo la democratización del lenguaje de las ciencias psi contribuyó a la perspectiva moderna del yo. Así, sostengo que esta visión legítima una figura de sujeto interiorizado, solitario e irreductible, un yo pensante, en el que la salud y la enfermedad pertenecen y están confinadas especialmente dentro de uno mismo. Además, discuto cómo la literatura hegemónica de autoayuda, las terapias conductuales, la psiquiatria y la neurociencia buscan y ofrecen autocontrol y gestión, conectando con la gestión neoliberal del sufrimiento psíquico en el contexto del capitalismo financiero.

**Palabras clave:** ciencia psi; individuo; psicologización.



## Notas introdutórias

*A psicologia é somente uma fina película na superfície do mundo ético no qual o homem moderno busca sua verdade – e a perde.*

(Michel Foucault, 2000b).

*Para nós ocidentais, a concepção da pessoa como um universo cognitivo e motivacional delimitado, único, e mais ou menos integrado, um centro dinâmico de percepção, emoção, juízos e ações, organizado em uma unidade distinta e localizado em uma situação de contraste com relação a outras unidades semelhantes, e com seu ambiente social e natural específico, nos pareça correta, no contexto geral das culturas do mundo ela é uma ideia bastante peculiar.*

(Clifford Geertz, 1997).

A ideia de escrever este artigo surgiu a partir de algumas provocações feitas em minha pesquisa sobre a noção de pessoa no ocidente moderno. Na ocasião, alguns debates em torno das obras de Michel Foucault (2000a; 2014) me fizeram refletir sobre como as ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicoterapias) engendraram um conhecimento positivo, uma forma singular e obsessiva de decifrar e falar a “verdade” e de agir sobre o “homem”, concebendo um modo específico de entrevistá-lo. Em outros termos, os saberes psi constituíram, na cultura ocidental moderna, a percepção do ser humano como dotado de uma interioridade, um ser atomizado, individual e possuidor de *psique*.

Pode-se afirmar, então, que a imagem que há de indivíduo, do “homem racional moderno”, é, de acordo com Foucault (2000a), produto do encontro entre certas práticas sociais e desses saberes, por meio do qual se observa um elo estreito entre as formas de constituição do sujeito e os modos de elaboração da verdade. Nesse sentido, as ciências psi podem ser pensadas como práticas promotoras de significados que adquirem efeitos de verdade, que instituem modos de ser aos sujeitos para explicar o mundo e a si mesmos. Ou seja, é a maneira pela qual os seres humanos se compreendem no mundo moderno, que os fazem munidos de um “eu interior”, em que se veem capazes de tematizá-lo e decifrá-lo, não é um dado natural, mas sim um tipo de produção. Nesse contexto, esses seres são constituídos como efeitos da atuação de estratégias de poder correspondentes a técnicas de saber.

Ao realizar sua primeira arqueologia, Foucault (2000a) faz uma interrogação histórico-filosófica dos saberes psi que, segundo ele, surgem estruturados sobre um postulado antropológico na passagem para o século XIX. Neste período, o autor demonstra haver uma terceira experiência da loucura, quando ela passa a ser catalogada, abordada e convertida a uma questão de doença mental. Assim, as condições de existência desses saberes situam-se na tentativa de domínio da loucura pelas categorias da razão, cuja finalidade é neutralizar a diferença por meio da observação do “louco”, com intuito de esmiuçá-lo a partir da experiência de reclusão e exibir a sua verdade.

De acordo com Foucault (2000b), o destaque especial atribuído aos saberes psi a partir do final do século XIX dão sustentação a um processo de medicalização, de normalização e produção de identidade do sujeito moderno. Isso porque, inicialmente, o saber psiquiátrico, ao tratar a loucura como doença mental, não produz verdade apenas sobre o “louco”, mas também sobre o próprio “homem”, como identificam Campos e Castro (2017), ao falarem do *Outro da razão* em Foucault: “a desrazão convertida em doença mental torna a mente do ser humano em objeto de saber, a imagem do homem moderno se teria fabricado a partir desse saber que buscou extrair a verdade da loucura” (Campos; Castro, 2017:317).

Isso produz uma experiência que constitui, segundo os autores, o “círculo antropológico” enunciado por Foucault, pelo qual os seres humanos, no contexto ocidental, se compreendem como sujeitos psicológicos, aptos a estabelecerem relações consigo mesmos. Com essa vida psicológica interior, eles se narram e se interrogam. Essa noção de pessoa traz consigo a ideia de um ente naturalmente singular e distinto, dotado de um estado psicológico, um domínio nuclear, no qual o conhecimento de si é a condição básica para todo o outro conhecimento. Aqui, as fronteiras da corporeidade são marcadas rigidamente por uma vida interior da *psique*, na qual as experiências se insculpem, legitimando a biografia individual. Desse modo, como notam os autores, o “círculo antropológico” tem a ver com o arranjo das estruturas que tornam o “homem” problema central dessa experiência cultural, em que o saber psiquiátrico “constituiu o homem e a mente humana em objeto de conhecimento científico e contribuiu para a constituição do modo como o ser humano é compreendido na cultura ocidental moderna” (Campos; Castro, 2017:318).

Com base nessas discussões, sobretudo no que se refere à problemática de como as ciências psi colaboraram para formação da maneira pela qual o ser humano é entendido na cultura ocidental moderna, resolvi, neste artigo, discutir o que qualifica a noção moderna e hegemônica de pessoa no contexto euroamericano. Nikolas Rose (2011), baseado nas obras de Michel Foucault, afirma que investigar a psicologização das sociedades ocidentais auxilia-nos na compreensão das condições presentes de formulação de sujeitos, uma vez que as ciências psicológicas se tornaram parte da máquina de governança ao fornecer tecnologias de subjetivação que dão aos sujeitos a capacidade de influenciar seus próprios corpos, pensamentos e comportamentos.

Em vista disso, o objetivo central deste trabalho é demonstrar que as ciências psi são fundamentais para constituição da noção de pessoa presente no contexto euroamericano (Mauss, 2003; Foucault, 2002a; Rose, 2011; Salem, 1992). Desse modo, assumo uma perspectiva foucaultiana na compreensão da “emergência do eu” e na análise de como as ciências psi tornam-se as tecnologias do *self*, que favoreceu, por exemplo, o engendramento da literatura de autoajuda e aconselhamento, que entende que as emoções possam ser gerenciadas e controladas para o sucesso/êxito pessoal (Han, 2014; 2015; Castellano, 2015; 2018). Essa perspectiva, propõe tratar a

noção de “eu” de modo mais processual, no qual o “eu” não seja determinado pela sociedade e suas transformações. Por essa visão, o ser humano não pode ser entendido como uma entidade histórica, mas sim alvo de descontinuidades, as quais podem ser avaliadas na multiplicidade de estratégias e táticas de subjetivação, em que se desenvolvem diversas práticas, em diferentes contextos e em relação a diferentes classificações de pessoa.

Antes de avançar, é importante destacar que o termo “ciências psi” faz alusão à Psiquiatria, à Psicologia e às Psicoterapias. Portanto, ao me referir, neste texto, a categoria “ciências psi”, me dirigirei a esses saberes. A ligação entre eles ocorre por Foucault (2002) entender que esses campos de conhecimento respaldam-se e engajam-se, em partes, em uma mesma concepção de indivíduo, o que favoreceu a emergência da organização das três áreas de conhecimento sobre as esferas subjetivas. O uso da expressão de modo abreviado indica que essas áreas lidam majoritariamente com os fenômenos psíquicos, contribuindo, historicamente, para o estabelecimento de condutas. Além disso, introduziram um conjunto de proposições consideradas verdadeiras, métodos, definições e jogo de regras. A prática discursiva dessas áreas tornaram-se, pelo seu poderio, “disciplina e ciência”, capaz de conceber signos e regimes (Foucault, 2002).

Todavia, quero reforçar, para não homogeneizar essas áreas do saber e generalizá-las, que visualizo as diferenciações teóricas internas a elas próprias e as disputas em torno delas, bem como suas dissidências e suas rupturas. Por exemplo, a Psicanálise é uma das formas e modalidade de Psicoterapia, mas não a única. Como afirma Edson Fernando Lima de Oliveira (2021), existem outras formas de intervenção psicoterápicas com suas metodologias e técnicas como as psicoterapias breves, a cognitiva, a Forclusão de Lacan, a comportamental, entre tantas outras psicoterapias. “O lugar da Psicanálise no quadro (moldura) das ‘Ciências Psi’ encontra-se na ‘Psicoterapia’, porque é uma das modalidades de psicoterapia que tem objeto, sujeito e suas ferramentas peculiares e trato do inconsciente sob o prisma freudiano” (Oliveira, 2021, online).

Conforme Salem (1992), psicanalistas contemporâneos procuram questionar o fato de essas áreas serem listadas sob uma mesma denominação. A título de exemplo, há uma divisão fundamental que separa a psicologia da introspecção ou do ego e as bases do registro psicanalítico no que se refere à acepção de indivíduo. Salem (1992) salienta que não se pode perder de vista o corte epistemológico operado por Sigmund Freud (1856-1939) no conceito de sujeito e da teoria do sujeito, em particular, com Jacques Lacan (1901-1981). Portanto, ao colocar a Psicanálise como uma Psicoterapia, no que se denomina genericamente de “ciências psi”, não nego e/ou excluo a revolução do sujeito operado por esse campo e a crítica que tanto Freud quanto Lacan fizeram ao saber médico e psiquiátrico.

No primeiro tópico deste artigo, realizo uma análise da noção de pessoa ocidental e o desenvolvimento da percepção existente de “indivíduo”, expondo seu *locus* e os seus limites e

entendendo-o como intrínseco ao referencial moderno. No segundo momento, discuto a aparição das ciências psi e demonstro como, a partir das primeiras décadas do século XX, ocorre a democratização da linguagem desses saberes, que impactaram na configuração das estruturas culturais comuns de mulheres e homens de camadas médias em grande parte do mundo ocidental contemporâneo. Por fim, problematizo como a noção de sujeito cognoscente e a eleição do indivíduo como critério principal para a criação e o julgamento dos saberes – sustentadas e enraizadas por parte das ciências psi – são fundamentais para literatura de autoajuda e aconselhamento, que tratam as consequências dos problemas sociais como fracassos pessoais, sendo esta posição um modo de subjetivação presente no neoliberalismo.

### **A noção de pessoa no ocidente**

Marcel Mauss (2003) afirma que a definição de pessoa, de humano, é um fenômeno universal, desenvolvido entre todos os grupos sociais, apesar das inúmeras diferenças entre eles. Entretanto, essa ideia não pode ser considerada como um dado natural *a priori*, como algumas áreas científicas insistem em fazer ao tratar os seres humanos como produtos de sua neuroquímica ou sua neurobiologia. A noção do que é uma pessoa deve ser observada como variável e não pode ser tratada como categoria onipresente, como algo aparentemente pronto, sem considerar o contexto cultural.

Mauss (2003) argumenta que a ideia de pessoa individual como ente sagrado, cognoscente, possuidor de uma força moral e dotado de direitos naturais só pode ser pensada a partir do ocidente. Ao falar da pessoa como fato moral, ele faz uma associação ao sentido jurídico que a legitima, baseado numa herança latina de Direito. É “[...] um sentido de ser consciente, independente, autônomo, livre, responsável” por suas ações (Mauss, 2003:390-391). Nessa lógica, a consciência moral introduz a consciência na concepção jurídica do Direito. Essa ideia será utilizada e massificada pelo cristianismo, a partir da Idade Média, que ofereceu uma base metafísica mais segura para noção de pessoa.

Foram os cristãos que fizeram da pessoa moral uma entidade metafísica, depois de terem sentido a sua força religiosa. Nossa própria noção de pessoa humana é ainda fundamentalmente a noção cristã. [...] Ocorre a passagem da noção de *persona*, *homem investido de um estado*, à noção de homem simplesmente, de pessoa humana (Maus, 2003:392, grifo do autor).

Conforme o autor, surge aqui a elaboração do indivíduo como valor metafísico e moral, na corporificação daquilo que viria a se constituir como sistema religioso cristão, que faz emergir a ideia de pessoa como substância racional, irreduzível e individual. Contudo, ele argumenta que essa substância racional indivisível só estaria completa a partir do Renascimento, com os filósofos

modernos, que a transformaria numa consciência e uma categoria, forma fundamental para agir e pensar. De acordo com o autor, até meados da Renascença, essa noção de indivíduo não existia.

A noção de pessoa haveria de sofrer ainda uma outra transformação para tornar-se o que ela se tornou há menos de um século e meio, a *categoria do Eu*. Longe de ser a ideia primordial, inata, claramente inscrita desde Adão no mais fundo de nosso ser, eis que ela continua, até quase o nosso tempo, lentamente a edificar-se, a clarificar-se, a especificar-se, a identificar-se com o conhecimento de si, com a consciência psicológica (Mauss, 2003:394, grifo do autor).

A partir desse movimento, tem-se a edificação da concepção de eu enquanto indivíduo, sujeito com consciência psicológica e dotado de razão a ponto de repensar e refletir a si mesmo. Nesse momento, pessoa e consciência se equivalem e todo fato de consciência é um fato do eu, em que cada sujeito tem um próprio eu. Assim, essa noção passou a integrar a realidade e inclusive tornou-se seu centro. Entretanto, tal exercício só seria possível em plena liberdade. Por esse motivo, a ênfase e a defesa da liberdade individual como precursora para o desenvolvimento da consciência individual, pois tudo passa a ser orientado pelo indivíduo e do seu lugar.

Essa defesa já havia encontrado ecos entre os protestantes, na Reforma Religiosa, na qual uma das reivindicações era o “direito de comunicar-se [...] com Deus, de ser um sacerdote para si mesmo, de ter um Deus interior” (Mauss, 2003:395) que tinha como base a noção de que pessoa era igual ao eu e eu igual à consciência. É nessa direção que os valores primordiais da burguesia, os quais expressam uma revolução das mentalidades no que se refere a pensar o eu no ocidente, ficam consagrados. Conforme Mauss (2003), a categoria de pessoa é cultural, pois, ao longo da história e das sociedades, a maneira de se entender enquanto pessoa se transforma.

Nessa sequência, a existência da concepção de pessoa é universal, mas sua definição é variável, entendida como condição ontológica que sugere diferenças profundas entre os grupos humanos. Quer dizer, os conceitos e as categorias surgem numa formação social específica, na qual se atribui e projetam particularidades a eles. Não à toa, Mauss (2003) faz o movimento histórico de analisar e comparar a concepção de pessoa para alguns povos originários em relação ao conceito de *persona* e em outras regiões, como na China e na Índia, entendendo que apenas entre os ocidentais desenvolveu-se a noção de pessoa como ser individual e psicologizado.

Nessa mesma linha argumentativa, o antropólogo francês Louis Dumont (1993) sustenta que a pessoa individual, tal como concebida no mundo ocidental, é uma figura recente. A gênese mais próxima da pessoa que nós somos, para ele, está no Renascimento e assume valor *sui generis*. Entretanto, Dumont (1993) não busca sua origem nesse período histórico, mas sim nas heranças do judaico-cristianismo, pelas quais o Renascimento apenas assiste à afirmação do novo valor da pessoa, interpretada como indivíduo, partindo a teia holística que até aquele momento a manteve.

Diante disso, o autor analisa as características do individualismo moderno, marcado por sua intramundandade. Em sua interpretação, o indivíduo, no sentido de ser moral, autônomo e



independente, desenvolveu-se a partir do mundo medieval, conquanto se possa dizer que “algo do individualismo moderno está presente nos primeiros cristãos” (Dumont, 1993:36). Isso não significa que, em outras sociações, não exista a possibilidade de individualização.

Na realidade, o autor chama atenção para a noção de indivíduo como valor que forma a ideologia contemporânea ocidental. Então, como a teoria socioantropológica deve lidar em situações nas quais o indivíduo não é um valor? Dumont (1993) observa que, quando se fala de indivíduo, é preciso distinguir o “sujeito empírico”, unidade e átomo da espécie, encontrado em toda e qualquer sociação; do “indivíduo” como ser moral, concebido como independente, autônomo e, assim, essencialmente não social, tal como encontrado sobretudo em nossa ideologia moderna de ser humano e de “sociedade”.

Nesse sentido, há sociedades para as quais a diferença entre os indivíduos é reconhecida antes pela sua posição no interior do grupo do que pela singularidade absoluta, anterior à vida social, tal como a moderna ideologia individualista pretende. Para Dumont (1993), investigar contextos para além do mundo euroamericano requer o movimento de lidar com questões históricas e culturais outras de modo singular. Por essa razão, o autor afirma que o “indivíduo” seria uma noção de pessoa específica, elaboração do ocidente moderno, no qual os antropólogos não poderiam se basear para analisar outros contextos culturais.

A tese de Dumont (1993) é que na ideologia moderna, há um princípio segmentador igualitário, que traz uma repulsa a possíveis englobamentos presentes em uma totalidade hierárquica. Nesse universo, as partes prevalecem sobre o todo e os componentes sobre as associações, sendo o indivíduo um valor moral e centro das instituições, como argumenta Tania Salem (1992):

Em contraste com a visão de mundo holista, que concebe a pessoa como socialmente qualificada, a ideologia individualista atribui ao indivíduo o estatuto de um ser moralmente autônomo, pré-social – isto é, como tendo uma existência logicamente anterior à sociedade – e, no limite, como um ser não-social, haja vista a tendência a obscurecer ou a suprimir o caráter social de sua natureza. Afora um compromisso visceral com os preceitos da “mudança” e do “progresso”, associam-se a esse sujeito, como atributos de essência, a *igualdade* e a *liberdade*. Instaura-se, assim, nessa configuração moral, algo impensável em contextos holistas: a representação de uma oposição entre indivíduo e sociedade [...] (Salem, 1992:63, grifos da autora).

Assim, temos a noção de indivíduo moderno desenvolvida por uma logicidade específica e intrínseca ao próprio indivíduo, em seu interior, que o faz projetar-se como beneficiário de direitos inalienáveis presentes em sua natureza. Em outras palavras, o indivíduo se compreende como um senhor de si legitimado juridicamente e anterior a qualquer fato social, sem qualquer espécie de transcendência, quer social, quer sobrenatural.

Salem (1992) argumenta que esses aspectos se relacionam com as teorias políticas liberais, sobretudo as inglesas, produzidas entre o século XVII e XIX. Nesse contexto, elabora-se uma nova

convicção dos direitos e valores do indivíduo, a partir dos quais se opera uma racionalização consubstanciada na lógica e empreendimento do mercado nascente. Daí, produz-se a ideia de que o indivíduo – dotado de capacidades singulares e dono de si – não advém da sociedade, sendo, portanto, independente dos vínculos sociais. A ideia de propriedade como algo pertencente à natureza humana só faz sentido no credo de que o indivíduo é proprietário, antes de tudo, de si mesmo. Ou seja, o indivíduo só realiza sua liberdade quando se torna proprietário de si, de suas próprias faculdades. De acordo com a autora, isso constituiria um “individualismo possessivo”, em que a liberdade só existe como atividade de apropriação, concretizando a essência humana entendida como independente e livre das aspirações de outrem, apartada do social.

No seio dessa filosofia liberal, a concepção moderna de indivíduo foi desenvolvida conjuntamente a outras categorias, como, por exemplo, “liberdade” e “igualdade”, entrelaçando-se de modo otimista ao recobrimento da razão, que funcionaria como um mecanismo de modificação e aprimoramento do mundo. Apesar dessa “razão” ter seu alvorecer durante o século XVII, assumindo um resplendor acentuado nos séculos XVIII e XIX e, na primeira metade do século XX, sofrer constantes críticas e “declínio”, a ideia de sua dimensão universal, que designa uma essência dos seres em todos os lugares e tempos, permeou o senso comum euroamericano e cimentou uma representação sobre os indivíduos como possuidores de uma natureza que os concebem como livres, dotados de direitos e com acesso e controle sobre o próprio corpo (Salem, 1992).

De acordo com Salem (1992), as explicações de Mauss (2003) e Dumont (1993), descritas anteriormente, compartilham em comum uma ideia de indivíduo formal, numa perspectiva jurídicista que o enxerga como detentor de direitos e deveres. Ela defende que esses autores, apesar de reconhecerem as transformações que a noção de indivíduo no ocidente atravessa, não se aprofundaram na dimensão interior e psicológica. Na realidade, eles defendem que a “natureza” de ser psicológico se adiciona aos indivíduos “[...] como uma espécie de mais um desdobramento da difusão do individualismo. Ainda assim, esse deslocamento de foco implica a consideração de qualidades outras que não apenas a ‘liberdade’ e a ‘igualdade’ como constitutivas do sujeito moderno” (Salem, 1992:63).

Salem (1992) propõe, então, o acréscimo dessa dimensão não tematizada por esses autores, não se opondo à premissa jurídica do indivíduo como dotado de liberdade, mas considerando que não é possível estabelecer uma característica linear entre o “indivíduo jurídico” e o “indivíduo psicológico”. Na realidade, existem descontinuidades significativas que não podem ser ignoradas, não havendo um desdobramento sequencial entre uma concepção de indivíduo e outra. Nessa direção, ao abordar o indivíduo fruto da modernidade também como psicológico, ela o define a partir da perspectiva simmeliana, como uma “mônoda psicológica”, tratando-se de:



[...] um ser autocontido, auto-referenciado e dotado de “auto-suficiência interna”. Seu “destino” no mundo, ou a principal obrigação moral que ele tem para consigo próprio, é a “busca de completude em si mesmo” ou o autocultivo. O acesso a si, entendido como deflagrado e consumado por uma lógica interna ao próprio sujeito, evoca uma concepção de indivíduo psicológico como o sujeito não apenas da *introspecção* e da *consciência*, mas também o da *razão*, da *liberdade*, da *vontade*, da *deliberação*. Ele é *proprietário* de si, no sentido de que se *possui* e se *autodetermina* (Salem, 1992:66, grifos da autora).

Ao considerar, de um lado, as premissas maussiana e dumontiana e, de outro, as proposições simmelianas, a autora identifica dois traços constitutivos do indivíduo moderno: o domínio legal e externo e a internalidade do sujeito. Com isso, tem-se a identificação de uma transição entre o “indivíduo jurídico/formal” para o “indivíduo psicológico”, mas que não pode ser observado como movimentos contínuos e sim complementares. Isto é, o “indivíduo psicológico” é um dos desdobramentos do “indivíduo jurídico”.

Desses dois traços, surge um dos grandes paradoxos do individualismo moderno, denominado por Salem (1992) como despossessão subjetiva, uma instância no interior do indivíduo que o constrange, independentemente de suas vontades ou consciência. Trata-se de uma noção desenvolvida de que existe alguma coisa no interior do sujeito que o impele e o designa acerca dele próprio ou de sua consciência. Ou seja, procede do próprio sujeito, em que ele se submete à sua própria consciência e não a atribuições externas. De acordo com a autora, o termo despossessão será traduzido posteriormente como inconsciente, a partir da psicanálise.

Ora, os seres humanos se identificam como portadores de direitos naturais, intransferíveis e como sendo anteriores à sociedade – o que justifica sua “autonomia ontológica” e os tornam juridicamente responsáveis e senhores de si, não possuindo vínculo exterior com as comunidades e os grupos nos quais se inserem –, ora são os primeiros seres a se sujeitarem de dentro, interiormente dependentes e despossuídos de si, mesmo que por algo que advém deles mesmos. Essa tensão entre os dois traços do indivíduo moderno é a grande “[...] contradição endêmica à configuração de valores individualista no plano de suas próprias concepções” (Salem, 1992:72). Ou seja:

No mesmo momento em que se solidifica a entronização do indivíduo-valor, revestido do estatuto de um ser moralmente autônomo e pré-social, ele próprio desponta, de um ponto de vista interno, como um ser opaco a si mesmo. Ou ainda, a postulação de uma autopossessão no plano jural é contrabalançada pela destituição desse mesmo sujeito no plano da subjetividade (Salem, 1992:70).

O processo de individualização acarreta a despossessão ou a destituição subjetiva. Esse paradoxo seria o pilar da representação do indivíduo psicológico, um atributo constitutivo da noção de ser no ocidente moderno.

## As ciências psi e o *homo psychologicus*

A posição do indivíduo psicológico descrito acima cresce com a consolidação dos direitos e com o advento do capitalismo industrial. Torna-se uma categoria de entendimento do mundo a partir da pessoa, um ente naturalmente singular e distinto. Em termos dessa noção de eu, constituem-se as engrenagens das sociedades modernas, nas quais funcionariam as instituições com as ideias de dever, responsabilidade, direitos, escolhas e liberdades individuais (Foucault, 2002; Rose, 2011; Salem, 1992).

Nesse momento, há de se considerar outro fator: a ideia de liberdade vinculada à propriedade, que funciona como instrumento na busca da personalidade autêntica que cada ser possui em sua essência. O indivíduo se subjetiva, raciocinando de maneira mais profunda sobre seu eu interior. Quer dizer, de um lado há o “indivíduo proprietário”, tendo em sua natureza uma liberdade, um sujeito de posse; de outro, um plano subjetivo, em que o indivíduo se enxerga como sujeito de vontade, dono de si, com a possibilidade de sempre aprimorar sua personalidade.

A tese da “desposseção subjetiva” [...] antecipa o que mais tarde é cunhado de “inconsciente” [...] o reconhecimento de uma destituição do sujeito sobre si mesmo por algo que emana dele próprio, embora fora de seu controle, é anunciada no preciso momento em que se instaura o primeiro saber especificamente “psi” sobre o homem: a psiquiatria. Em outras palavras, a “desposseção subjetiva” afirma-se como atributo indissociável da representação moderna letrada sobre o sujeito psicológico (Salem, 1992:69).

É nesse cenário que as ciências psi, de acordo com Michel Foucault (2002), tornam-se as tecnologias do *self*. Ele afirma que existe um elo estreito entre as ciências psi e o sujeito psicológico. De acordo com o autor, essas áreas oferecem aos indivíduos uma nova linguagem que tematiza o mundo interno deles, proporcionando-lhes uma relação para consigo mesmos. Isso ocorre por meio das terapias psi que possibilitam uma espécie de “intimismo psicológico”. O sujeito psicológico está visceralmente associado às dimensões de subjetivação, introversão e interiorização, proporcionadas culturalmente pelos saberes psi. Essa tecnologia foi institucionalizada do século XIX em diante, em diálogo com o discurso das outras áreas da humanidade que procuravam cimentar a noção de sujeito moderno. Foucault (2002) afirma que essa “ciência da conduta” promove o discurso psicológico e tem, no mundo contemporâneo, várias de suas heranças positivistas, carregando alguns de seus mitos.

O autor atesta que a psiquiatria e a psicologia, inicialmente, procuravam “desvelar” o sujeito, entendendo que este carrega consigo a pré-existência de uma interioridade. Nesse sentido, essas áreas preocuparam-se, de modo geral, com dois aspectos: a) o ajuste às ciências da natureza e seus métodos; b) a busca para localizar no ser a expansão das leis que regem os fenômenos naturais. Esses pressupostos, utilizados para validar-se enquanto ciências positivas, estruturam-se em princípios matemáticos, entendendo que todo conhecimento científico deve passar por

experimentações e explicações quantitativas, cujo objetivo é o entendimento da “verdade do homem” que está esgotada em sua natureza. Há, em virtude disso, a produção de uma racionalidade específica que procura classificar os indivíduos em termos de seu comportamento.

Dessa forma, uma das preocupações históricas dessas áreas foi entender como funcionava a mente humana. A constituição e a consolidação dessas disciplinas se apoiam diretamente na lógica cartesiana da existência, associada a uma racionalidade que a define. Tanto que, inicialmente, procuraram-se explicações para os mecanismos que determinavam o funcionamento mental, centradas na investigação do indivíduo e na individualização, tendo como âmago a ideia de um sujeito em si.

Daí, ocorre uma espécie de cisão com o meio social, em que um indivíduo começa a ser isolado e interpretado como sujeito possuidor de um núcleo psíquico previamente dado, no qual se encontrariam os limiares das patologias. Quer dizer, o social é visto como instância secundária com pouca – ou nenhuma – interferência sobre o sujeito. Isso porque a *psique*, unidade que se produz de dentro do sujeito, determina o predomínio do indivíduo sobre o social. Nessa lógica, o social era entendido como uma entidade natural, não importava nem para psicologia, nem para a psiquiatria, uma vez que a preocupação dessas áreas se centrava no ajuste do ser ao meio, em que a inadaptação seria de sua própria responsabilidade. Prevalece uma ordem epistemológica que naturaliza a oposição individual/social e sujeito/objeto.

Os métodos aplicados nessas duas áreas, trazidos de outros campos do saber, instituíram conjuntos de experimentação e investigação que se tornaram clássicos e hegemônicos, tais como o estabelecimento de perfis de personalidade, os pareceres psicológicos, os procedimentos terapêuticos e os diagnósticos clínicos. Apesar de Foucault (2002) reconhecer a diversidade de vertentes presentes na psicologia e na psiquiatria, bem como suas discontinuidades e embates teóricos, ele observa que essas continuam a comungar um discurso de cientificidade, manifestado pela tese de acesso, administração e mensuração do psiquismo.

Na verdade, isso só será modificado com a emergência da psicanálise, que dá ênfase à singularidade do “Homem”, priorizando-se a história pessoal e o que diferencia um ser do outro e não mais o que o iguala e o aproxima a outro ser vivo. Nesse momento, o que ganha importância é a descoberta dos sentidos. Ao trazer o estudo objetivo das significações (Foucault, 2002), outra proposta paradigmática, a psicanálise leva a psicologia e a psiquiatria a se repensarem. De acordo com Foucault, foi a partir de Freud que a psicologia, em particular, sofreu uma desestabilização, e como consequência a ideia de ciência da alma e ciência do indivíduo deixou de fazer sentido.

A noção de “inconsciente” borra as clássicas dicotomias presentes no campo, como indivíduo/sociedade e corpo/alma, questionando as linhas divisórias antes fincadas entre o que é de domínio social e o que é de domínio psicológico. Ao descobrir o novo *status quo* do ser, a

psicologia obrigou-se a uma renovação no curso de sua história, se impondo, como ciência, um novo estilo (Foucault, 2002). O discurso psiquiátrico do século XIX, como observa Foucault (2002), instaurou um intransigente limite entre o normal e o patológico. As contribuições de Freud desafiaram e enfraqueceram, sistematicamente, os delineamentos dessa fronteira, postulando um novo tipo de normalidade. Esta, no que lhe concerne, trouxe consigo um novo conjunto de protagonistas patológicos, uma meta indefinida, mas potente para o sujeito: um autêntico projeto em aberto para o eu. Além do que, a noção de verdade também, pois desde Freud, só podemos falar em “verdade” se for da “verdade psíquica”, aquela que diz respeito ao processo de subjetivação. Nesse quesito, as proposições freudianas serviram de base para crítica psicanalítica à hegemonia da psicologia do eu, da psiquiatria e, mais tarde, da neurociência.

Para Foucault (1990; 1996), a “fabricação” do sujeito ocorre por meio daquilo que o autor descreve como obrigação à subjetivação, que aparece no espaço íntimo dele próprio. Isso indica a particularidade do sujeito moderno: sua relação consigo mesmo ou, como denomina Salem (1992), a tirania da identidade de si. A procura exagerada por essa “verdade do sujeito” o desapossa de si mesmo, que, em vez de se lançar a uma rede solitária consigo, presume a presença de “outro”. Esse outro é *expertise*, o especialista das ciências psi. Quer dizer, o profissional ativo e responsável da investigação acerca da *psique*, que faz do sujeito seu objeto passivo de investigação, pois assimila mais sobre a verdade íntima/interior do sujeito do que ele próprio.

A formação efetiva do discurso – enquanto poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderiam negar ou afirmar ideias verdadeiras ou falsas – circunscreve o lugar das práticas psi, bem como seus rituais de objeto de estudo e de suas legitimações. Dissemina-se o poder de proferir verdades, às quais são admitidas por meio de figuras socialmente importantes para realização do bem-estar humano, tal como ocorre com o psicólogo, o psiquiatra e o psicanalista. Esses *expertises* são considerados como seres qualificados para a execução e renovação desse campo específico de verdades. Em outros termos, o profissional do saber psi não se assenta no imaginário como detentor de todo o conhecimento verdadeiro, mas sim como um indivíduo que, por performances e rituais discursivos, está inserido *no verdadeiro* das práticas psi.

Nikolas Rose (1998; 2001; 2011) afirma que Foucault não pensa a constituição do eu, do sujeito moderno, a contar transformações sociais mais amplas, como se houvesse uma história contínua. Essas narrativas, segundo o autor, remontariam uma espécie de história sequencial, como supor que existiria uma transição do feudalismo para o capitalismo e, conseqüentemente, da tradição para modernidade. O indivíduo, assim, não pode ser entendido como efeito de uma mudança social geral. Em função disso, Rose aponta que Foucault caminha em outra direção, articula os conceitos de tecnologia e subjetivação, entendendo que o eu não pode ser considerado como substância anterior a qualquer tipo de história ou sociedade, pois são trajetórias interligadas.

Sendo assim, apoiado nessas ideias de Foucault, Rose (2011) destaca que a experiência na qual os seres humanos acreditam ser constituídos como pessoas, com características de autorrealização, poderes pessoais e liberdade infinita, é resultado de um conjunto de tecnologias humanas: “(...) tecnologias que tomam modos de ser humano como seu objeto” (Rose, 2001:38). Nesse caso, tecnologia refere-se a qualquer agenciamento ou conjunto estruturado para uma racionalidade prática, orientada para um alvo de forma mais ou menos consciente, em que a subjetivação tem sua própria história. Aqui, subjetivação é entendida não como sistema externo de poder ou subjugação a outro, mas como processo pelo qual somos fabricados como sujeitos de certo tipo.

Dessa maneira, ele nos sugere estudar as técnicas de invenção do eu por meio das quais os indivíduos constituem a si mesmos, isto é, como os seres humanos constroem os instrumentos à medida que esses instrumentos os constituem historicamente, propondo uma ontologia histórica e uma genealogia das relações que os seres desenvolvem consigo. “Dispositivos de ‘produção de sentido’ – grades de visualização, vocabulários, normas e sistema de julgamento – não são *produzidos* pela experiência; eles *produzem* a experiência [...]” (Rose, 2001:36, grifos do autor). Quer dizer, as formas pelas quais os seres humanos atribuem sentido à sua experiência têm sua própria história.

Portanto, ao propor uma genealogia da subjetivação, Rose (2001; 2011) não se preocupa com uma continuidade do eu, criticando a pressuposição de uma história contínua, unitária e totalizadora. Ele foca nas descontinuidades, nas linhas contingenciais que desestabilizam o presente, nos exames que dão conta da multiplicidade das linguagens de pessoa que tem se desenvolvido, ao compreender que esse tipo de investigação deve ocorrer ao longo de uma série de trajetórias, num feixe de relações. A genealogia proposta toma a compreensão do que significa ser humano como o local de um problema histórico e não como a base de uma narrativa histórica.

Nesse sentido, Rose (2001; 2011) parte do pressuposto de que as ciências psi inventam sistemas de interpretação, administração e governo de nossas existências. A questão central que o autor investiga, com base nos dois conceitos acima referenciados (tecnologia e subjetivação), é como as ciências psi produzem subjetivação a partir de algumas tecnologias do eu. De acordo com o autor, foi nas sociações ocidentais modernas que surgiram tais saberes como disciplinas científicas, “[...] como um conhecimento positivo do indivíduo e como uma forma particular de falar a verdade sobre os humanos e de agir sobre eles” (Rose, 2001:34). Contudo, a aparição e o desenvolvimento das ciências psi são circunscritos por uma heterogeneidade de discursos, ideias e modelos acerca do eu, não há um modelo único de pessoa que ocupe lugar privilegiado nas teorias psicológicas.

As disciplinas “psi”, em parte como consequência de sua heterogeneidade e falta de um paradigma único, adquiriram uma peculiar capacidade penetrativa em relação às práticas para a conduta da conduta. Elas têm sido não apenas capazes de fornecer toda uma variedade de modelos do eu, mas também de fornecer receitas praticáveis para a ação em relação ao governo das pessoas, exercido por diferentes profissionais, em diferentes locais. Sua potência tem sido aumentada ainda mais por sua capacidade para suplementar essas qualidades praticáveis com uma legitimidade que deriva de suas pretensões a dizer a verdade sobre os seres humanos. Elas se disseminaram rapidamente, por meio de sua pronta traduzibilidade, por programas para remoldar os mecanismos de autodireção dos indivíduos, estejam esses na clínica, na sala de aula, no consultório, na coluna de conselhos das revistas ou nos programas confessionais da televisão (Rose, 2001:46).

Nota-se nas diferentes proposições teóricas que estimularam o desenvolvimento das ciências psi, a premissa de que podemos nos erigir, sermos mais eficientes com a manipulação da dinâmica de comportamento que, em alguma medida, faz com que consigamos desconstruir e construir atitudes. Essa é a funcionalidade, ou melhor, a generosidade das ciências psi. Maximizar ou minimizar; construir ou desconstruir, certo é que temos a possibilidade de realizarmos a melhora de nossos comportamentos para os resultados desejáveis. As ciências psi se expandem exatamente por se posicionarem como forma de atingir a autonomia do sujeito ao oferecê-lo à possibilidade de identificar um comportamento que pode ser desprogramado e substituído pelos desejáveis para que, portanto, atinja as aspirações positivas e maximizadoras de si.

Essas tecnologias devem ser pensadas em conformidade com os seguintes aspectos: o destaque do discurso psi, a vulgarização de sua prática e a disseminação de seu vocabulário quando comparado a outras áreas do saber; a sua associação com regimes de orientação democrática e liberal, que busca uma base empírica para o alcance de resultados, de eficiência, no qual o sujeito procura se superar e ser melhor; o discurso psi tem/procura uma verdade, uma legitimação. Essas três características produzem a relação do ser consigo mesmo (Rose, 2011). A autonomia que o sujeito espera dentro desse processo de subjetivação, é a aplicação e aperfeiçoamento da técnica de manipulação de comportamento. O sujeito precisa se constituir como inteligível por meio de suas escolhas e as ciências psi tornam-se o caminho para tal. Esse processo associa-se a um paradigma constitutivo da própria subjetividade.

[...] O que as ciências psicológicas fizeram para o século XX, como sabemos, foi fornecer linguagens para compreender a nós mesmos; fornecer a base de certos tipos de competências para gerenciamento de nossos *selves*; proporcionar uma diversidade de maneiras de tornar problemas sócio-políticos inteligíveis e tornar possíveis programas para intervir neles; fornecer uma linguagem por meio da qual podemos nos imaginar e tornar nossas dificuldades inteligíveis [...]. Então a psicologia se tornou parte da máquina de governança, no sentido mais amplo de governança (Rose, 2010:312, grifo do autor).

Como demonstrado, com a formação das sociedades modernas e a constituição de novas formas de governo, o sujeito passou a moldar-se por tecnologias de subjetivação. Nessa direção, as



disciplinas psi desempenham uma função importante no regime contemporâneo de subjetivação e em sua unificação sob o signo do eu (Rose, 2001; 2011)<sup>1</sup>.

## O século do ego

Eva Illouz (2011) identifica que a linguagem terapêutica disseminada por meio das ciências psi revelou uma nova forma de sociabilidade no ocidente que emerge a partir de uma contribuição específica: as palestras e conferências realizadas por Freud na primeira década do século XX, na Universidade de Clark, nos EUA. A autora analisa as funções da teoria freudiana na criação de novas tecnologias do *self*. Illouz (2011) mapeia o papel e as atuações do “pai da psicanálise” para descrever os impactos na formulação de uma “psicologia popular” norte-americana que, depois, por meio das políticas imperialistas do país e do seu processo globalizatório, exerceu forte influência em outros continentes. Fala-se da história das ideias do autor, da adaptação de suas teorias e sua consequente disseminação<sup>2</sup>.

Diferentemente das premissas foucaultianas sobre as ciências psi, Illouz (2011) assume uma abordagem pragmatista, isto é, indaga “[...] o que as pessoas realmente fazem com o saber, de que modo produzem sentidos que funcionam em contextos e esferas sociais diferentes” (Illouz, 2011:31). A autora entende que a abordagem foucaultiana foca mais nos princípios epistemológicos das ciências psi como um novo objeto do saber que, por sua vez, gera novos instrumentos e práticas do conhecimento. Contudo,

[...] Foucault não investigou o que as pessoas realmente fazem com certas formas de saber, para que ‘servem’ elas nas relações sociais concretas. [...] Em contraste com as abordagens foucaultianas, que reúnem significados psicológicos e práticas sob os rótulos de ‘disciplina’, ‘vigilância’ e ‘governamentalidade’, sugiro que façamos um gesto pragmático [...] (Illouz, 2011:31).

Segundo a autora, no âmbito de suas conferências, Freud apresentou a psicanálise a um público diverso, fazendo com que suas ideias fossem não só replicadas ou incentivadas, mas também com que houvesse uma ressonância significativa na cultura popular norte-americana. Suas teorias tiveram amplo impacto nas acepções culturais do eu, bem como uma profunda relação com outras propostas científicas da época. Esse movimento proporcionou uma linguagem moderna para

---

<sup>1</sup> Exemplos concretos desse aspecto que apontam o predomínio e a esperança depositada nas ciências psi na orientação das ações dos sujeitos no mundo euroamericano são ilustrados na série documental britânica *O Século do Ego* (2002), com roteiro, produção e direção do documentarista inglês Adam Curtis, na qual se fala sobre “o triunfo da política do ego no século XX”. Lançada em 2002 pela British Broadcasting Corporation (BBC, corporação britânica de radiodifusão), a série tem quatro episódios: 1) Máquinas da felicidade; 2) A engenharia do consentimento; 3) Há um policial dentro das nossas cabeças: ele deve ser destruído; 4) Oito pessoas bebendo vinho em Kettering. De modo geral, trata-se de uma abordagem sobre como as ciências psi foram aplicadas à propaganda e adaptadas para o desenvolvimento do capitalismo de consumo no contexto “democrático” ocidental.

<sup>2</sup> A autora reconhece que Freud, assim como vários pensadores ao longo da história, inaugura um modelo epistemológico, mas que os desdobramentos da obra do autor fogem de seu controle.

auxiliar os sujeitos na compreensão afetiva de si e do meio social. Entre as principais ideias apresentadas por Freud ao público em geral, temos: “[...] os lapsos de linguagem, o papel do inconsciente na determinação de nosso destino, a centralidade dos sonhos para a vida psíquica, o caráter sexual da maioria de nossos desejos, e a família como origem do psiquismo e causa última de suas patologias” (Illouz, 2011:14).

Aqui, não apenas se sustenta o *homo psychologicus*, mas a ascensão do *homo sentimentalis*, admitindo a contribuição dessa área para criação de um novo “estilo afetivo” e a emergência de um *ethos* comunicativo. A autora constata que “as muitas e variadas correntes da psicologia clínica – freudiana, psicologia do ego, humanista, das relações objetais – formularam [...] um novo estilo afetivo, o estilo afetivo terapêutico, que dominou o cenário cultural norte-americano durante todo século XX” (Illouz, 2011:14). Esse novo estilo foi responsável por moldar o “ser moderno”, em que a cultura estava voltada para vida afetiva preocupada “[...] com sua etiologia e morfologia, e concebeu técnicas específicas – linguísticas, científicas, interativas – para apreender e gerir esses sentimentos” (Illouz, 2011:14).

Como reconhece a autora, embora não unicamente, esse estilo foi moldado pela linguagem terapêutica, que surge no período entre as duas guerras mundiais e se consolida como um corpo especializado de conhecimentos a partir da ascensão e do contágio da psicanálise. A psicanálise, portanto, tornou-se um corpo, uma constelação especializada de saberes e noções, um novo e revolucionário *kit* de práticas culturais que reordenam as noções modernas do “eu”, de pessoa. Essa área assume uma posição particular para abordagem e decifração, por meio “científico”, do interior do sujeito. Fato é que “o discurso terapêutico reformulou o nível mais profundo dos símbolos da identidade, e foi por meio desses símbolos identitários que se deu a reformulação de um novo estilo afetivo” (Illouz, 2011:15).

Para a autora, as teorias de Freud tiveram repercussão sem precedentes na definição da relação do eu consigo mesmo e sua conexão com os outros, trazendo uma nova proposta para refletir o eu no tocante à sua história, ao passado. É justamente esse impacto que oferece um novo estilo afetivo, pois se formula uma imaginação/mentalidade interpessoal. Essa imaginação foi formulada em diversas ideias e temas culturais fundamentais, que frequentariam assiduamente a cultura popular ocidental.

Outros fatores preponderantes para a disseminação da psicanálise foram suas conexões realizadas com outras áreas do saber que, de modo singular, “renovou-as”, como a psicologia e a psiquiatria, destacadas por Foucault (2002) anteriormente e, em simultâneo, sua aproximação dos anseios da classe média e da elite. Contudo, mais que qualquer outra coisa, encontrou seu apogeu na literatura de aconselhamento. No início do século, mais especificamente a partir dos anos 1930, a indústria da literatura de aconselhamento era incipiente, mas logo depois viria a se revelar a

plataforma mais duradoura para a difusão de ideias psicológicas e para elaboração de normas afetivas no mundo ocidental, como afirma Castellano (2018).

De acordo com os trabalhos de Rüdiger (2010) e Oliveira e Mendes (2021) esse sucesso só pode ser entendido pelo fato dessa literatura conceder uma nova gramática para o eu, para subjetividade; uma produção substancial de um vocabulário para o eu em suas relações cotidianas. Illouz (2011) considera quatro características elementares que a sustentam: a) uma linguagem acessível, universal e essencializada, de caráter normativo, que permite que todos os seres se identifiquem e, simultaneamente, sintam-se representados na leitura; b) uma postura amoral para reter todos os segmentos do público leitor, abarcando, portanto, diferentes olhares, valores e pontos de vista e oferecendo “[...] uma perspectiva neutra sobre problemas relacionados com a sexualidade e a condução das relações sociais” (Illouz, 2011:19); c) variação nos temas e problemas abordados, já que se propõe a ser um produto de consulta, como um manual para viver bem, tendo como finalidade o seu consumo regular; d) por fim, um vocabulário que dê garantia de fidedignidade. Para tal, recorre-se a uma matriz autêntica do saber: as ciências psi. Assim, o vocabulário dessas áreas torna-se fundamental para indústria do aconselhamento, pois são certificadas e validadas como verdadeiros campos científicos.

Illouz (2011) reitera que os profissionais psi, mais que quaisquer outros profissionais liberais e outros especialistas, afirmaram-se em quase todos os âmbitos da vida humana no contexto euroamericano, tornando-se populares, principalmente ao usufruírem da retórica do aconselhamento. Ao se proclamarem, por meio de uma vocação quase divinizada, atuavam, no desdobramento do século XX, desde as forças armadas ao auxílio para o desenvolvimento de um “lar estável” para criação dos filhos. E, com o passar do tempo, sobretudo a partir dos anos 1940, as ciências psi:

[...] assumiram cada vez mais a vocação de orientar os outros numa multiplicidade de problemas, nos campos da educação, comportamento criminal, depoimentos como peritos judiciais, casamento, programas de reabilitação dos presídios, sexualidade, dos conflitos raciais e políticos, comportamento econômico e o moral [...] (Illouz, 2011:20).

Contudo, Illouz (2011) assegura que, em nenhuma ocasião, o envolvimento desses campos foi tão intenso como no meio empresarial, reconfigurando-o por inteiro, em que os psicólogos entrelaçaram os sentimentos com o campo da ação econômica, sob a forma de um modo radicalmente novo de conceber a produção. A autora diz que ocorre uma moldagem na identidade empresarial pela linguagem das ciências psi entre a década de 1930 e 1970, ocasionando severas transformações no mercado de trabalho, no primeiro momento ao nível nacional e posteriormente global, sobretudo nos países que recebiam influência direta do imperialismo norte-americano.

[...] Para os administradores e os proprietários de empresas, a linguagem da psicologia se adequava particularmente a seus interesses: os psicólogos pareciam prometer nada menos do que aumentar os lucros, combater a agitação trabalhista, organizar as relações entre gestores e empregados de um modo que evitasse o confronto e neutralizar as lutas de classe, ao formulá-las na linguagem benigna dos sentimentos e da personalidade. Pelo lado dos trabalhadores, a linguagem da psicologia era atraente porque parecia ser mais democrática, pois fazia a boa liderança depender da personalidade e da capacidade de compreensão do outro, e não do privilégio inato e da posição social (Illouz, 2011:29).

Portanto, essas áreas oferecem ao empresariado outra forma de ver o espaço de trabalho, em que se proporciona uma reconfiguração na imaginação empresarial. Nesse seguimento, Rose (2010) se pergunta se as neurociências farão, para o século XXI, o que as ciências psicológicas fizeram para o século XX – sem que necessariamente uma anule a outra –, considerando que os argumentos das neurociências, bem como seu vocabulário, são absorvidos por uma diversidade de áreas. Nesse sentido, se antes as tecnologias deveriam ser pensadas em relação – mas não apenas – ao destaque do discurso psi, a vulgarização de sua prática e a difusão de suas linguagens, como também sua associação com o neoliberalismo, agora, verificam-se maneiras neurobiológicas de pensar o eu e empenhos para adotar o prefixo “neuro” (neuroeconomia, neuroemocional, neuromercado, trabalho neurosocial, neuropsiquiatria), principalmente no tratamento de determinados distúrbios de saúde mental, que descrevem o panorama patológico dos sujeitos na contemporaneidade.

Han (2014; 2015) não tem dúvidas de que as neurociências já constituíram, no contexto ocidental, tecnologias do eu. Na verdade, o autor destaca que a característica elementar das sociedades contemporâneas é a promoção da violência neuronal. A base do século XXI seria, portanto, o princípio neural. Isso porque o novo paradigma da subjetividade para elevação da produtividade é o do desempenho concatenado à noção de ser livre. Nessa lógica, teríamos tecnologias para o desenvolvimento de um capital mental visando à maior produção e maximização individual, na qual o cérebro saudável é pensado como redução de custos. Quer dizer, haveria amplo interesse e investimento, de nossa parte, para promover o bem-estar mental, em que seríamos compensados pela redução de dias de trabalhos perdidos por depressão e/ou estresse, por exemplo<sup>3</sup>.

Segundo Han (2014; 2015), acredita-se que o eu, como projeto de pessoa ocidental, devido ao século das luzes e ao plano de modernidade, libertou-se da tradição e de suas coações externas medievais. Contudo, o desenvolvimento das políticas neoliberais no século XX e sua intensificação no século XXI levam o eu a se submeter a novas coações, não mais externas, mas internas. O autor afirma que seria esse o drama do sujeito neoliberal voluntariamente coagido para aumentar a sua presença e eficácia no mercado e no capital. Ao falar sobre esse *modus vivendi*, o filósofo identifica uma crise na noção de liberdade, principal postulado do eu no mundo euroamericano. De acordo

---

<sup>3</sup> O ensaio “Exaustos-e-correndo-e-dopados”, de Eliane Brum, mostra como nós, na sociedade de desempenho, temos nos esforçado livremente e com grande apreço para alcançar a meta de trabalhar 24 horas por sete dias da semana. Nesse ritmo, tornamo-nos exaustos e, para suportar essa condição inumana, nos dopamos com frequência. Ver: [https://brasil.eletronic.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464\\_246482.html](https://brasil.eletronic.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html) [Consul. 10-12-2020].

com ele, no neoliberalismo, o que efetivamente temos é a liberdade transformada numa aparência, em que a liberdade do sujeito está escondida na próxima atividade laboral, ser livre é ser produtivo.

Isso surge devido ao imperativo do aumento constante de rendimento e à otimização do desempenho individual. O “poder fazer”, aparentemente livre, resulta da coação interna de cada sujeito. Nessa sequência, o principal elemento constitutivo do neoliberalismo, para Han (2014, 2015), é o descobrimento dos neurônios como uma força produtiva para fundamentar a exploração. Esse anseio, então, consiste na otimização pessoal para o aumento da eficácia no trabalho. No sentido prático, o indivíduo enxerga a possibilidade de melhoria de suas qualidades a tal ponto de estar inclinado a usar o seu tempo livre para aperfeiçoar e melhorar sua atuação.

Há uma ideia permanente de autossuperação. O diagnóstico de Han (2014; 2015) sobre o nosso tempo é que a liberdade está dissipada, ela consiste no usar voluntariamente o suposto tempo livre, sempre disponível, para trabalhar ainda mais. O autor argumenta que a sensação do tempo livre faz o sujeito usar o seu tempo para continuar a trabalhar em virtude da pressão da otimização, da melhoria de seus atributos pessoais, que serão aplicados a futuras funções profissionais. Por conta dessa autoexploração, o sujeito orienta a agressão não em direção a um capitalista, mas a ele mesmo. Trata-se de uma espécie de autoagressão que transforma o explorado em um ser deprimido, no qual se manifestam as doenças neurológicas, tais como a depressão, o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e ansiedade. Ao responder que “pode fazer” para maximizar sua eficácia, o sujeito é interpelado em seus neurônios.

A presença massiva de empresas e literatura de aconselhamento emocional, terapia e autoajuda vêm para ajudá-lo nesse processo. A psicopolítica se desenvolve nessa indústria na qual o sujeito precisa desenvolver uma consciência ativa e ficar permanentemente confrontando-se com o imperativo de otimização pessoal e rendimento. Como demonstrado anteriormente, o surgimento dessa literatura de aconselhamento e seus principais pontos se sustentam a partir de enunciados das ciências psi. Essa literatura se entrelaçou com o imaginário empresarial e o moldou. Quer dizer, desempenha-se um papel central na configuração dos vocabulários pelos quais o eu passa a compreender a si mesmo. Ainda atualmente, essa indústria é tão evidente no contexto ocidental que os livros apresentam, até mesmo em suas capas, orientações e conselhos, apontando o que fazer para se ser melhor, com promessas e traduções das melhores receitas para viver bem e para o sucesso.

Han (2014; 2015) destaca que, na produção discursiva dessa literatura especializada, para lidar melhor com as doenças do *homo economicus*, não se problematiza o neoliberalismo e suas vicissitudes, naturaliza-se. Não por acaso, nessas obras, a solução para lidar com tais complicações é desenvolver ferramentas dentro de si para se tornar uma pessoa melhor, para “seguir em frente”, para se continuar produtivo. A maioria dos livros de autoajuda tem a promessa de auxiliar as

pessoas a serem vitoriosas, a descobrirem “o segredo”, a perseguirem os objetivos apesar das dificuldades, a serem pessoas melhores, a terem sucesso e a nunca desistirem dos sonhos.

Com enunciados de trabalho e sucesso, essas obras revigoram o mito do *self-made man* e estabelecem relações com a cultura terapêutica e com a meritocracia. Assim, há a necessidade de superar-se, pois as principais dificuldades somos nós mesmos. Esses livros almejam um resultado comum: o indivíduo deve deixar de culpar os outros por seus fracassos e despertar o *super-hero* adormecido dentro de si. Assim, explorar nossos neurônios e nossas emoções é sinônimo de sucesso. Essa perspectiva sustenta, segundo Han (2014; 2015), a psicopolítica do neoliberalismo, a forma que o capital encontrou para se multiplicar<sup>4</sup>.

Os trabalhos de Mayka Castellano (2015; 2018) expõem criticamente as debilidades teóricas e empíricas dos textos de autoajuda ao interpretá-los como discursos de uma racionalidade política neoliberal. A autora fala da chegada de tal imaginário ao Brasil, nas primeiras décadas do século XX, utilizando o conceito de “cultura terapêutica”, que para ela se trata de “(...) tendência de disseminação de um imaginário que coloca a emoção e a subjetividade como elementos primordiais à compreensão de questões relativas a todos os aspectos da vida humana” (Castellano, 2015:365).

Além da ausência de fatores históricos nessa literatura, a autora nota a inexistência de exames microssociológicos. Após analisar as obras desse universo mais vendidas no Brasil, Castellano (2015; 2018) diz que elas visam, verdadeiramente, a uma missão de aconselhamento, tal como expresso nos livros do autor mais vendido deste ramo no país, o psiquiatra Augusto Cury. Em um movimento paralelo, Adriana Cláudia Turmina (2009) mostra a emergência do discurso de autoajuda nas relações de trabalho a partir de seu reflorescimento nos anos 1990. A autora assinala que essas obras tentam transmitir uma ideia de bem-estar da humanidade, partindo de um princípio de humano universal, quando, na realidade, camuflam as relações de exploração e de poder entre empresários e trabalhadores. As duas autoras concluem que a linguagem utilizada no discurso de autoajuda organiza um enredo que consente ao capital renovar seu comando nas relações de trabalho.

No Brasil, onde o contato de grande parte da população com técnicas tradicionais de terapia ainda é limitado, a cultura terapêutica também se expande de forma admirável, principalmente por meio do conhecimento difundido em uma grande variedade de artigos culturais, tais como programas de televisão, de rádio, filmes, seriados, revistas – das voltadas às donas de casa às que possuem os homens de negócio como público-alvo –, e, principalmente, por meio da enorme indústria da autoajuda, que, além dos livros, também conta com um arsenal cada vez mais elaborado de produtos audiovisuais, palestras, *workshops*, cursos, vivências, imersões, dinâmicas de grupo, etc. Uma das principais implicações políticas associadas a esse fenômeno é a tendência de se transformar questões sociais em atribuições emocionais. Nesse sentido, a subjetividade dos indivíduos se transformou no *locus* onde se originam os problemas sociais, e, conseqüentemente, onde eles devem ser resolvidos (Castellano, 2015:367, grifo da autora).

---

<sup>4</sup>Dessa forma, o capitalismo consagra sua expansão e o tempo produtivo da atividade humana é testado até o seu extremo: nos limites do sono, tido como obstáculo a ser superado. Sobre esse debate, ver: Crary (2014).



A astúcia do capital, comentada por Han (2014; 2015), traduz-se no fato de o neoliberalismo conseguir se reproduzir por meio da “retórica libertária”. Por essa razão, o sujeito de rendimento é indispensável, pois ao pretender “ser livre”, explora voluntariamente a si. Por motivo de autocoerção, o sujeito de desempenho se obriga a utilizar o aparente tempo livre para recuperar o trabalho não realizado no período destinado a ele. Aqui, está presente a ideia de que a liberdade só existe no poder que cada um tem em continuar trabalhando mesmo no suposto tempo livre. Não por acaso, em nossos dias, o fortalecimento da cultura do coaching é cada vez mais evidente.

O ‘coaching’ é confundido como uma terapia que visa nivelar todas as dimensões da vida. O objeto do ‘coaching’ é o sucesso pessoal, profissional, social e espiritual das pessoas. O mesmo com relação a chamada teologia da prosperidade que usa importação de dados e informações das ciências psi. O coaching é um processo que possui uma metodologia, um conjunto de competências e habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas por qualquer pessoa que vise alcançar um objetivo na vida pessoal ou profissional. Seu objeto é o sucesso empreendedor, como ser mais rápido e comprovado pela sua VA, velocidade de ação (Oliveira, 2021, online).

Algumas noções, como liberdade, responsabilidade e autonomia, desenvolvem técnicas de subjetivação relacionadas ao avanço das práticas econômicas do neoliberalismo. Em vista disso, não é apenas a componente dinâmica e psicanalítica das ciências psi e neurobiológicas que estão implicadas nesses processos de subjetivação. As técnicas de manipulação de índole comportamentalista são também populares; os vários elementos da existência social e pessoal são subdivididos em áreas e problemas que podem ser analisados e desconstruídos funcionalmente. Em outros termos, nos apropriamos de ferramentas que proporcionam a manipulação de nosso comportamento ou de aspectos comportamentais. Com isso, entendemos que, em algum momento, nos tornamos mais eficientes e melhores dentro de nossa existência pessoal.

## Considerações finais

Partindo das considerações de Michel Foucault (2000a; 2000b; 2002; 2014) e Nikolas Rose (2011) defendi, ao longo deste texto, que as ciências psi – embora reconhecendo, no interior delas, as complexidades, disputas, negociações, tensões e fissuras – foram grandes responsáveis por desenvolver ideias e métodos para aprimorar as relações humanas e com isso transformar a estrutura do saber nas sociedades ocidentais modernas. Quer dizer, o aparecimento e o desdobramento desses saberes são circunscritos por uma diversidade de linguagens, convicções e tipos sobre o “eu”, não existindo um paradigma exclusivo de pessoa que ocupe um lugar central nas teorias psicológicas.

É justamente essa heterogeneidade que, pensada em virtude da “unificação” dos regimes de subjetivação em termos do eu, tem a ver com um modelo singular de *expertise* positiva sobre o ser humano. Isto é, as ciências psi concederam aos grupos profissionais e às outras áreas do

conhecimento, suas explicações e validações, vocabulários e tipos de julgamento para aplicação no interior de seus adeptos. Agora, tem-se a base para tornar os problemas da conduta humana inteligíveis e intervir sobre eles, a começar, sobretudo, dos discursos e de tecnologias especializados e a maneira como essas produzem um tipo de olhar perito.

Com isso, verifica-se nas diferentes proposições teóricas que estimularam o desenvolvimento das ciências psi, a tentativa de definir o que é o eu, de conceituá-lo. Por causa disso, há o desenvolvimento de um conjunto de visões. Essas tentativas de descrição do eu em estado puro, simbolizadas por uma diversidade de correntes de pensamento no campo das ciências psi, propiciou, como demonstrado, técnicas de condutas de si, que, por sua vez, conceberam modelos, ora para o controle de si, ora para o autoconhecimento. Conseqüentemente, nota-se que essas ciências adquiriram um vasto poder na demarcação de fronteiras, estabilização de paradigmas e avanços técnicos com novos objetos de análise para, por meio de modelos de comportamentos, mobilizarem uma gama de instrumentos, instituições e práticas. Com base nisso, illustrei que as ciências psi produzem subjetivação a partir de algumas tecnologias do eu.

A herança desses saberes pôde ser visualizada na ideia romântica de “autoconhecimento”, que alimenta uma ilusão de saúde mental individual, um problema de desequilíbrios químicos e biológicos individuais, amparando a noção de pessoa atomizada, na qual a saúde mental é reduzida às fronteiras dos próprios sujeitos. Nessa direção, demonstrei anteriormente que os repertórios do mercado começaram a se entrançar com o vocabulário das ciências psi. Combinados, eles ofertam novas técnicas e sentidos para cunhar novas formas de sociabilidade. As problematizações trazidas por Illouz (2011), Castellano (2018; 2020) e Han (2014; 2015), com inúmeros dados e aspectos históricos, não só ilustram os argumentos de Foucault (2000b, 2002) e Rose (2011), como também demonstram que a privatização da realidade e a individualização dos problemas sociais mais amplos não é uma consequência direta de uma fabricação da psicologia como ciência – uma vez que há diversas psicologias e múltiplas apropriações coletivas e resistentes –, mas sim dos modos como suas teorias e linguagens são apropriadas no interior da cultura ocidental e das relações de poder do capitalismo neoliberal.

*Recebido em 14-06-2022  
Modificado em 17-09-2022  
Aceito para publicação em 18-10-2022*

## Referências

- BRUM, Eliane (2016), “Exaustos-e-correndo-e-dopados”. *El País Brasil*, São Paulo, 4 jul. [Consult. 30-07-2021]. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464\\_246482.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html)
- CAMPOS, Tamara de S.; CASTRO, Ronaldo O. (2017), “Um rosto na areia: o sujeito em Foucault”. *Tempo Social*, v. 29, pp. 313-331 [Consult. 27-07-2021]. Disponível em <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.117546>
- CASTELLANO, Mayka (2015), “O sucesso é ser você mesmo: cultura terapêutica, autoestima e emoções na literatura de autoajuda”. *Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, RS, v. 17, n. 3, pp. 365-37 [Consult. 20-03-2020]. Disponível em <https://doi.org/10.4013/fem.2015.173.10>
- CASTELLANO, Mayka (2018), *Vencedores e fracassados: o imperativo do sucesso na cultura da autoajuda*. Curitiba, Appris.
- CRARY, Jonathan (2014), *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo, Cosac Naify.
- DUMONT, Louis (1993), *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FOUCAULT, Michel (2000a), *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva.
- FOUCAULT, Michel (2000b), *Doença mental e psicologia*. 6. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- FOUCAULT, Michel (2002), *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2014), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- GEERTZ, Clifford (1997), *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- HAN, Byung-Chul (2014), *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Barcelona, Herder.
- HAN, Byung-Chul (2015), *Sociedade do cansaço*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- ILLOUZ, Eva (2011), *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAUSS, Marcel (2003), “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de eu”, in M. Mauss. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, pp. 367-397.
- OLIVEIRA, Edson Fernando Lima de (2021), “Ciências Psi: o que são e qual o lugar da psicanálise?” [S. l.], *Instituto Brasileiro de Psicanálise Clínica*, Campinas, 28 ago.
- OLIVEIRA, Geilson Fernandes de; MENDES, Marcília Luzia Gomes da Costa (2021), “A subjetividade nos discursos da literatura de autoajuda”. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, pp. 117-133 [Consult. 30-06-2020]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210107-2220>
- O SÉCULO do ego (2002), Direção: Adam Curtis. Produção: Adam Curtis, Lucy Kelsall, Stephen Lambert. [Londres], BBC [Consult. 01-03-2020]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=sYlzJO2jd9k&ab\\_channel=BertiogaZ](https://www.youtube.com/watch?v=sYlzJO2jd9k&ab_channel=BertiogaZ)
- ROSE, Nikolas (2010), “Cérebro, self e sociedade: uma conversa com Nikolas Rose”. [Entrevistadora]: SPINK, Mary Jane P. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 301-324 [Consult. 14-01-2021]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000100016>
- ROSE, Nikolas (2001), “Como se deve fazer a história do eu?” *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, pp. 33-57 [Consult. 12-01-2021]. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/41313/26145>
- ROSE, Nikolas (1998), “Governando a alma: a formação do eu privado” in T. T. Silva (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis (RJ), Vozes, pp. 30-45.
- ROSE, Nikolas (2011), *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis (RJ), Vozes.
- RÜDIGER, Francisco (2010). *Literatura de autoajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea*. Porto Alegre (RS), Gattopardo.

Porto, Rhuann L. F. (2023), “‘Psicologizando a sociedade’: as ciências psi e a perspectiva moderna do eu”. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 10, n. 1, pp. 82-105.

SALEM, Tania (1992), “A despossessão subjetiva: dos paradoxos do individualismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 7, p. 62-77 [Consult. 23-02-2021]. Disponível em [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_05.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_05.pdf)

TURMINA, Adriana Cláudia (2009), “Literatura de autoajuda: um olhar sobre as relações de trabalho”. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 3, pp. 94-109 [Consult. 14-03-2020]. Disponível em [https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/artigo\\_adriana\\_literatura\\_de\\_autoajuda.pdf](https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/artigo_adriana_literatura_de_autoajuda.pdf)